

Demonstrações Financeiras

Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.

31 de dezembro de 2018
com Relatório do Auditor Independente

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS	5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1. CONTEXTO OPERACIONAL	11
2. BASE DE PREPARAÇÃO	12
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	17
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	17
5. CLIENTES	18
6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	18
7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18
8. RECEITA	20
9. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS	20
10. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	21
11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	21
12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	22
13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS	24
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	27
RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL	30
RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA	31

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2018

Senhores Acionistas,

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “ESCEE”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório de Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 486 mil, representado por 486.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

DESEMPENHO DE NOSSOS NEGÓCIOS

Resultado do Exercício

A Companhia obteve um lucro líquido de R\$52.403 mil em 2018, em comparação ao resultado de R\$35.695 mil em 2017, representando um aumento de 46,81%. Este resultado é oriundo de atividades de intermediação de negócios relacionados à compra e venda de energia, representando R\$107,83 por ação.

Índices econômico-financeiros

Liquidez Corrente

A Liquidez corrente reflete quanto a Companhia possui de recursos circulantes para quitar suas obrigações de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2018, a liquidez corrente foi de R\$19,33 (R\$17,34 em 31 de dezembro de 2017).

Endividamento

O Grau de endividamento da Companhia representa 5,40% do ativo total em 31 de dezembro de 2018 (6,05% em 31 de dezembro de 2017). Isto indica que para cada R\$1,00 de seus ativos, R\$0,05 estão sendo financiados com recursos de terceiros.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 2018, a Companhia apurou o montante de R\$7.286 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao Resultado de R\$59.689 mil antes dos efeitos fiscais, representando 12,21% do lucro antes da tributação. Comparativamente, em 2017, a Companhia apurou o montante de R\$5.244 mil referente ao Imposto de Renda e Contribuição Social, em relação ao Resultado de R\$40.939 antes dos efeitos fiscais, representando 12,81% do lucro antes da tributação.

Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização – LAJIDA

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2018, o LAJIDA foi de R\$58.245 mil (R\$38.957 mil em 2017) e a Margem do LAJIDA foi de 99,46% no mesmo período (98,88% no exercício de 2017), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2018	2017	Var. %
Resultado Líquido	52.403	35.695	46,81
Despesa de IR e CS	7.286	5.244	38,94
Resultado Financeiro	(1.444)	(1.982)	(27,14)
LAJIDA	58.245	38.957	49,51

LAJIDA é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas Demonstrações Financeiras observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Instrução CVM nº 527, de 04 de outubro de 2012, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O LAJIDA não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil ou pelas Normas Internacionais de Relatório Financeiro IFRS, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Companhia divulga LAJIDA porque o utiliza para medir o seu desempenho. O LAJIDA não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019, que ao Resultado do exercício de 2018 no montante de R\$52.403 mil seja dada a seguinte destinação:

- R\$26.232 mil de dividendos intermediários pagos; e,
- R\$26.171 mil para pagamento de dividendos adicionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Companhia é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais Autoridades federais, estaduais e municipais, e à Diretoria da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

ATIVO

	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Caixa e Equivalentes de Caixas	3	18.981	3.130
Títulos e Valores mobiliários	4	3.499	12.516
Clientes	5	5.327	3.598
Tributos compensáveis		11	-
TOTAL DO CIRCULANTE		27.818	19.244
NÃO CIRCULANTE			
Títulos e Valores mobiliários	4	465	344
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		465	344
ATIVO TOTAL		28.283	19.588

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

PASSIVO

	Nota	2018	2017
CIRCULANTE			
Fornecedores		43	74
Impostos, Taxas e Contribuições		91	105
Imposto de Renda e Contribuição Social	6a	1.305	867
Outros		-	64
TOTAL DO CIRCULANTE		1.439	1.110
NÃO CIRCULANTE			
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6b	89	76
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		89	76
TOTAL DO PASSIVO		1.528	1.186
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
	7		
Capital Social		486	486
Reserva de Lucros		26.269	17.916
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		26.755	18.402
PASSIVO TOTAL		28.283	19.588

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto resultado por ação)

	Nota	2018	2017
RECEITA LÍQUIDA	8	58.561	39.397
CUSTOS OPERACIONAIS	9		
Pessoal		(71)	(245)
DESPESAS OPERACIONAIS	9		
Materiais		(1)	(1)
Serviços de Terceiros	9a	(232)	(179)
Gastos Diversos		(12)	(15)
		(245)	(195)
Resultado Operacional antes do Resultado Financeiro		58.245	38.957
Receita Financeira	10	1.444	1.985
Despesa Financeira	10	-	(3)
		1.444	1.982
Resultado Antes dos Impostos		59.689	40.939
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	11	(7.272)	(5.337)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11	(14)	93
RESULTADO DO EXERCÍCIO		52.403	35.695
RESULTADO POR AÇÃO – R\$		107,83	73,45

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
RESULTADO DO EXERCÍCIO	52.403	35.695
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	52.403	35.695

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto dividendos por ação)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de lucro		
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	486	98	19.571	-	20.155
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2016 (R\$40,27 por ação)	-	-	(19.571)	-	(19.571)
Destinação do lucro proposta à AGO					
Resultado do Exercício	-	-	-	35.695	35.695
Dividendos Intermediários (R\$36,78 por ação)	-	-	-	(17.877)	(17.877)
Dividendos Adicionais (R\$36,66 por ação)			17.818	(17.818)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	486	98	17.818	-	18.402
Aprovação de Dividendos Adicionais Propostos 2017 (R\$36,66 por ação)	-	-	(17.818)	-	(17.818)
Destinação do lucro proposta à AGO					
Resultado do Exercício	-	-	-	52.403	52.403
Dividendos Intermediários (R\$53,98 por ação)	-	-	-	(26.232)	(26.232)
Dividendos Adicionais (R\$53,85 por ação)			26.171	(26.171)	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	486	98	26.171	-	26.755

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais)

	2018	2017
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado do Exercício	52.403	35.695
Ajustes por:		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	14	(93)
	52.417	35.602
(Aumento) Redução de Ativos		
Clientes	(1.729)	190
Tributos Compensáveis	(11)	-
	(1.740)	190
Aumento (Redução) de Passivos		
Fornecedores	(31)	19
Impostos, Taxas e Contribuições	(14)	(5)
Imposto de Renda e Contribuição Social	5.475	3.821
Outros	(64)	23
	5.366	3.858
Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais	56.043	39.650
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(5.038)	(4.112)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	51.005	35.538
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e Valores Mobiliários	8.896	(147)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	8.896	(147)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos pagos	(44.050)	(37.448)
CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(44.050)	(37.448)
VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15.851	(2.057)
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	3.130	5.187
Caixa e Equivalentes de caixa no fim do exercício (Nota 3)	18.981	3.130
	15.851	(2.057)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia” ou “ESCEE”), sociedade anônima de capital fechado anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A. e subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT, foi constituída em 25 de julho de 2002, com endereço na Rua Aimorés, 3.000, 7º andar, sala 701, Barro Preto, Belo Horizonte/MG – CEP 30.140 – 073.

A Companhia tem os seguintes objetivos:

- Prospectar junto ao mercado, potenciais clientes interessados em adquirir energia elétrica de geradores e produtores independentes e de qualquer agente autorizado a comercializar energia elétrica;
- Prospectar junto ao mercado, soluções específicas de energia elétrica que atendam às particularidades de consumo dos clientes;
- Prestar serviços de corretagem entre compradores e vendedores de energia elétrica;
- Prestar serviços de consultoria e assessoria técnica relacionados à comercialização de energia elétrica; e,
- Representar agentes de mercado junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (“CCEE”) para os processos de adesão, modelagem, registro e de medição.

Mudanças no Estatuto Social da Companhia – aprimoramento da Governança Corporativa

Em junho de 2018, a Assembleia Geral aprovou alterações no Estatuto Social da Companhia, a fim de formalizar as melhores práticas de governança corporativa e atender aos requisitos previstos na Lei 13.303/2016 (“Lei das Estatais”). Dentre os aprimoramentos incorporados ao Estatuto Social, cabe destacar:

- Criação de Comitê de Auditoria;
- Manutenção do Conselho Fiscal, passando a ser de caráter permanente;

- Alteração da destinação do Lucro Líquido, passando de 25% para 50% o mínimo destinado a dividendos obrigatórios.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”) que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 29 de maio de 2019, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a

estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 5 – Clientes (contas a receber não faturado);
- Nota 8 – Receita (Não faturada);

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.

2.5 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou pela primeira vez determinadas alterações às normas, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após esta data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas mas ainda não vigentes.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

- **CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Este novo pronunciamento substituiu todas as exigências para reconhecimento de receitas segundo os CPCs. Adicionalmente, o CPC 47 estabelece exigências de apresentação e divulgação mais detalhadas do que as normas em vigor.

A Companhia avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, conforme requerido pelo CPC 47:

1. Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
2. Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
3. Determinar o preço de cada tipo de transação;
4. Alocação do preço às obrigações contidas nos contratos; e
5. Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

■ CPC 48 – Instrumentos Financeiros

O CPC 48 estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo do CPC 38 sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo, refletindo o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa, não afetando o reconhecimento contábil dos ativos e passivos financeiros da Companhia. O CPC 48 contém três principais categorias de classificação de ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

A norma eliminou as categorias existentes no CPC 38 e, portanto, a Companhia passou a reclassificá-las de acordo com norma atual, conforme abaixo:

	Classificação	
	CPC 38	CPC 48
Ativos Financeiros		
Equivalentes de Caixa – Aplicações Financeiras	Empréstimos e recebíveis	Valor justo resultado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Mantidos até o vencimento	Custo amortizado
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicações Financeiras (1)	Disponível para venda	Valor justo resultado
Clientes	Empréstimos e recebíveis	Custo amortizado
Passivos Financeiros		
Fornecedores	Custo amortizado	Custo amortizado

1) A Companhia possui “títulos e valores mobiliários” com classificações distintas, de acordo com o CPC 48;

A Companhia adotou a nova norma com base no método prospectivo, a partir de 1º de janeiro de 2018, sem impactos financeiros relevantes em suas demonstrações financeiras.

2.6. Normas emitidas mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar estas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

■ CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem

reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

■ ICPC 22

Trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação do CPC 32 e não se aplica a tributos fora do âmbito deste CPC nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos tributários incertos. A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto;
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

A entidade deve determinar se considera cada tratamento tributário incerto separadamente ou em conjunto com um ou mais tratamentos tributários incertos. Deve-se seguir a abordagem que melhor prevê a resolução da incerteza. A interpretação vigora para períodos anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, mas são disponibilizadas determinadas isenções de transição. A Companhia adotará a interpretação a partir da data em que entrar em vigor.

A Companhia ainda está avaliando os potenciais efeitos da aplicação dessa nova Interpretação sobre os valores e divulgações apresentados em suas demonstrações financeiras.

A Companhia analisou as demais normas alteradas e interpretações não vigentes e concluiu que as mesmas não deverão ter um impacto significativo nas suas demonstrações financeiras.

2.7 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis referentes às atuais operações da Companhia que implicam em julgamento e utilização de critérios específicos de avaliação são como segue:

Clientes

As contas a receber de clientes são registradas inicialmente pelo valor do serviço prestado, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado.

Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

Receita

De forma geral, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

A Companhia reconhece a receita como agente, pois não tem exposição a riscos e benefícios significativos associados com a venda de energia, sendo seu ganho predeterminado por uma comissão em relação ao megawatt faturado ao cliente.

As receitas são reconhecidas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais vigentes no momento da interveniência da Companhia na transação da comercialização de energia entre os agentes.

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a receita.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente à receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2018	2017
Bancos Conta Movimento	14	11
Certificado de Depósitos Bancários	17.867	499
Operações Compromissadas	1.100	2.620
	18.981	3.130

Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário – CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP, que variaram entre 75% e 97% em 2018 (75% em 2017) conforme operação.

As operações compromissadas consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada de 6,39% em 2018 (6,89% em 2017).

4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2018	2017
Aplicações Financeiras		
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	-	29
Letras Financeiras - Bancos	2.095	3.507
Letras Financeiras do Tesouro	1.224	8.556
Debêntures	180	424
	3.499	12.516
Não Circulante		
Letras Financeiras - Bancos	465	-
Debêntures	-	344
	465	344
	3.964	12.860

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Cemig possuem taxa de remuneração que variou entre 102% e 111,25% em 2018 (entre 102,1% e 112% em 2017) do CDI.

As Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variou entre 104,25% a 151% em 2018 (entre 104,25% a 161,54% em 2017) do CDI.

As aplicações e títulos de partes relacionadas estão demonstrados na Nota Explicativa nº 12 destas Demonstrações Financeiras.

5. CLIENTES

	Vencidos até 90 dias	Total	
		2018	2017
Cientes	5.327	5.327	3.598
Total	5.327	5.327	3.598

A Companhia não constituiu Provisão Para Créditos de Liquidação Duvidosa pelo fato da Administração não considerar que haja riscos significativos de perdas na realização destas contas a receber.

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social

	2018	2017
Circulante		
Contribuição Social	300	310
Imposto de Renda	1.005	557
Total	1.305	867

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2018	2017
Não Circulante		
Contribuição Social diferido	23	20
Imposto de Renda diferido	66	56
Total	89	76

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2018 é de R\$486 mil, representado por 486.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão S.A. – Cemig GT.

a) Reservas

A composição da conta Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

Reservas de Lucros	2018	2017
Reserva Legal	98	98
Proposta de distribuição de Dividendos Adicionais	26.171	17.818
	26.269	17.916

Reserva Legal

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

A Companhia deixou de constituir a Reserva Legal, pois o saldo dessa reserva encontra-se no limite de constituição permitido de 20% sobre o capital social.

Reserva de Proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros o montante de R\$26.171, referente a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no Estatuto Social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

b) Dividendos

O Estatuto Social da Companhia determina o pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de 50% do Lucro Líquido do exercício (25% em 2017), ajustado na forma legal a título de dividendos estatutários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2018	2017
Resultado do Exercício	52.403	35.695
Valor dos Dividendos Mínimos Obrigatórios	26.202	8.924
Dividendos Intermediários	26.232	17.877
Dividendos Adicionais referentes ao exercício	26.171	17.818
Total dos dividendos propostos	52.403	35.695

Destinação do Resultado de 2018 – Proposta da Administração

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019, que ao Resultado do exercício de 2018 no montante de R\$52.403 seja dada a seguinte destinação:

- R\$26.232 de dividendos intermediários pagos; e,
- R\$26.171 para pagamento de dividendos adicionais.

8. RECEITA

	2018	2017
Prestação de Serviço	60.937	42.407
Prestação de Serviços Não Faturados	1.740	(197)
Deduções à Receita Operacional (a)	(4.116)	(2.813)
Receita Operacional Líquida	58.561	39.397

a) Deduções à Receita Operacional

	2018	2017
COFINS	(1.880)	(1.266)
PIS-PASEP	(407)	(275)
ISSQN	(1.829)	(1.272)
Total	(4.116)	(2.813)

9. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2018	2017
Pessoal	71	245
Materiais	1	1
Serviços de Terceiros (a)	232	179
Outros Custos e Despesas Operacionais Líquidos	12	15
Total	316	440
Custos Totais	71	245
Despesas Operacionais	245	195
TOTAL	316	440

a) Serviços de Terceiros

	2018	2017
Consultoria	93	-
Manutenção/Conservação de Móveis e Utensílios	63	61
Auditoria Externa	17	17
Publicações Legais	33	31
Outros	26	70
Total	232	179

10. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2018	2017
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro	1.385	1.963
Outras Receitas	59	22
Total das Receitas Financeiras	1.444	1.985
Despesas Financeiras		
Outras despesas financeiras	-	(3)
Total das Despesas Financeiras	-	(3)
Resultado Financeiro	1.444	1.982

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2018	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Serviços prestados	62.677	62.677
Percentual de Presunção	32%	32%
	20.057	20.057
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	1.345	1.345
Outras Receitas Financeiras	59	59
Base de Cálculo - Lucro Presumido	21.461	21.461
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	3.219	1.931
Adicional 10% valor superior a R\$240	2.122	-
	5.341	1.931
Rendas não resgatadas	40	40
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	10	4
IR e CS - Lucro Presumido	5.351	1.935
Corrente	5.341	1.931
Diferido	10	4

	2017	
	Imposto Renda	Contribuição Social
LUCRO PRESUMIDO		
Serviços prestados	42.210	42.210
Percentual de Presunção	32%	32%
	13.507	13.507
Receita Financeira s/resgate efetivo aplicação	2.237	2.237
Outras Receitas Financeiras	22	22
Base de Cálculo - Lucro Presumido	15.766	15.766
Alíquota	15%	9%
IR e CS – Lucro Presumido	2.365	1.419
Adicional 10% valor superior a R\$240	1.553	-
	3.918	1.419
Rendas não resgatadas	(274)	(274)
Alíquota	25%	9%
IR e CS Diferidos	(68)	(25)
IR e CS - Lucro Presumido	3.850	1.394
Corrente	3.918	1.419
Diferido	(68)	(25)

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	PASSIVO		DESPESA	
	2018	2017	2018	2017
Controladores				
CEMIG GT				
Circulante				
Convênio de Cooperação (1)	-	64	(126)	(64)
Cemig H				
Circulante				
Cessão de Pessoal	28	28	-	(245)

As condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre a Companhia e empresas do Grupo Cemig instituído pelo Despacho ANEEL 3.208/2016. Inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática;

Remuneração do pessoal chave da administração

Os custos totais com o pessoal chave da administração, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, são demonstrados na tabela abaixo:

	2018	2017
Remuneração	6	3
Participação nos resultados	1	-
Benefícios assistenciais	1	-
Total	8	3

Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A ESCEE aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2018, proporcionalmente à participação da Companhia no fundo.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

As aplicações financeiras em títulos de partes relacionadas, no fundo de investimento, em 2018 e 2017, estão descritas abaixo:

Emissor do Título	Tipo	Condições Contratuais Anuais	Vencimento	2018	2017
				ESCEE 0,20%	ESCEE 0,83%
Cemig GT	Debêntures	CDI + 1,60%	15/07/2018	-	211
Cemig GT	Debêntures	CDI + 3,93%	10/12/2018	-	41
Cemig GT	Debêntures	CDI + 4,25%	10/12/2018	-	39
ETAU	Debêntures	108,00% do CDI	01/12/2019	20	83
Light	Nota Promissória	CDI + 3,50%	22/01/2019	15	165
Cemig D	Nota Promissória	151% do CDI	24/10/2018	108	-
				143	539

13. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2018		2017	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Ativos					
Custo amortizado (1)					
Clientes	2	5.327	5.327	3.598	3.598
Títulos e Valores Mobiliários	2	611	611	578	578
		5.938	5.938	4.176	4.176
Valor justo por meio do resultado					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	18.967	18.967	3.119	3.119
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	2	-	-	29	29
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	2.095	2.095	3.353	3.353
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	1.224	1.224	8.556	8.556
Debêntures	2	34	34	344	344
		22.320	22.320	15.401	15.401
		28.258	28.258	19.577	19.577
Passivos					
Custo amortizado (1)					
Fornecedores	2	(43)	(43)	(74)	(74)
		(43)	(43)	(74)	(74)

(1) Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, os saldos contábeis refletem os valores justos dos instrumentos financeiros.

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2018 e 2017.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Metodologia de cálculo do valor justo das posições

Aplicações Financeiras: elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

b) Gestão de riscos

Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus clientes. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

Risco de Liquidez

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com dívidas pactuadas está apresentado conforme abaixo.

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pré-fixadas						
Fornecedores	43	-	-	-	-	43
	43	-	-	-	-	43

* * * * *

Dimas Costa
Diretor-Presidente

Daniel Faria Costa
Diretor

Maura Galuppo Botelho Martins
Diretor

Leonardo George de Magalhães
Superintendente de Controladoria
CRC – MG 53.140

Leonardo Felipe Mesquita
Gerente de Contabilidade
Contador – CRC – MG 85.260

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.
Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Cláudia Gomes Pinheiro
CRC-1MG089076/O-0

RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL

Os Conselheiros Fiscais da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2018, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2019.

Belo Horizonte, 29 de maio de 2019.

Francisco Luiz Moreira Penna

Eduardo José de Souza

Paulo Roberto de Brito Mosqueira

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA



Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.
CNPJ 05.232.978/0001-00 – NIRE 31300017028

RELATÓRIO RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria declarou que examinou as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2018, incluídas as Notas Explicativas, o Relatório da Administração, o Relatório dos Auditores Independentes e os demais documentos destinados à publicação. Tomou conhecimento das práticas contábeis adotadas, das ocorrências atípicas e dos seus impactos na situação patrimonial e nos resultados. O Comitê verificou que as práticas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras estão alinhadas com os princípios fundamentais da contabilidade, com a legislação societária brasileira e demais normas aplicáveis, retratando adequadamente a situação patrimonial da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Com base nas considerações acima, o Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomendou a aprovação das Demonstrações Contábeis da Empresa de Serviços de Comercialização de Energia Elétrica S.A., de 31 de dezembro de 2018.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2019.

Pedro Carlos de Mello - Coordenador

Márcio de Lima Leite - Membro

Renata Bezerra Cavalcanti – Membro